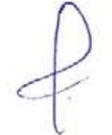
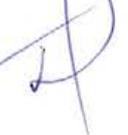
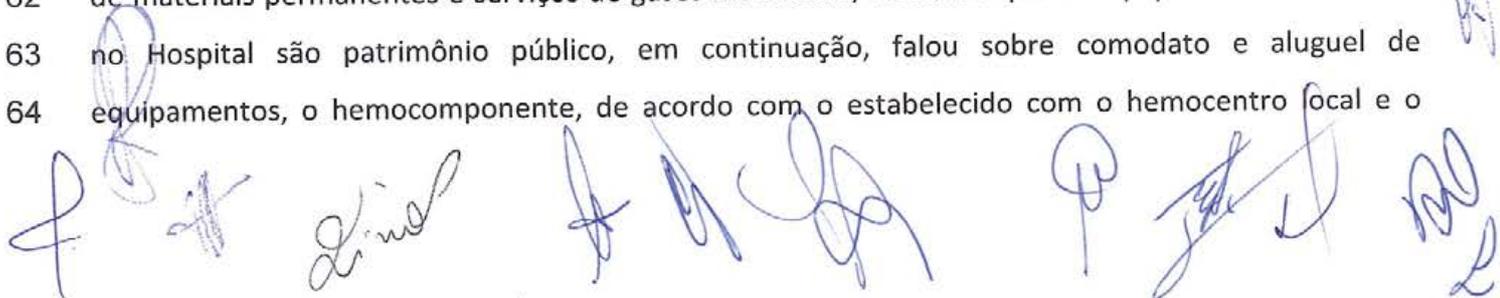


1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO**
2 **PRETO – SP, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.** Aos vinte
3 e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte dois, na sede do Conselho Municipal de Saúde,
4 teve início a Reunião Extraordinária presencial às 18h00, sob a coordenação do Presidente deste
5 Conselho, Antônio Fernando de Araújo, e na presença da Equipe Técnica assinada ao final desta Ata,
6 foram todos os Conselheiros Municipais convocados para deliberar sobre matéria específica,
7 relevante, urgente e pré-determinada, sem a possibilidade de inclusão de matéria ou pauta não
8 antes prevista, nos termos do Regimento Interno deste Conselho. Deu-se início a Reunião
9 Extraordinária com os conselheiros titulares e suplentes presentes, e com a seguinte pauta:
10 **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA – I. Apreciação do Plano de Trabalho da Organização Social**
11 **FUNFARME, vencedora do chamamento público (Processo Administrativo 12.281/2022) para o**
12 **gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços do Hospital Municipal Domingo**
13 **Marcolino Braille, através de contrato de gestão – Aldenis A. Borim. ASSUNTO DE PAUTA:** Pela
14 Secretaria Municipal de Saúde falou Aldenis A. Borim, que agradeceu a presença dos presentes e
15 ressaltou se tratar de uma reunião para apreciação do Plano de Trabalho, passando a palavra para
16 Diene Longhi Trajano realizar a apresentação do Plano de Trabalho do Hospital Municipal. Diene se
17 apresentou, disse que participou da Comissão Especial que é parte integrante do processo de seleção
18 da Organização Social. Diene inicia sua exposição em relação ao Edital de Chamamento Público e
19 todo histórico do Hospital Municipal. Diene diz que a construção do Hospital aconteceu por meio de
20 permuta, que receberam emendas destinadas à manutenção do Hospital e que foi optado pela
21 celebração de Contrato de Gestão para administração do Hospital Municipal por uma Organização
22 Social, sendo um chamamento público que selecionaria proposta técnica e econômica, 
23 desenvolvendo a pontuação do certame através de critérios previamente estabelecidos, aos quais
24 ela faz uma breve síntese, ressaltando a importância do item “qualificação técnica”. Diene afirma
25 que foram utilizados parâmetros na construção do edital julgados regulares pelo Tribunal de Contas 
26 e esclarece a questão relacionada ao quesito “preço”, afirma que não limitaram o desconto, desde
27 que demonstrada a exequibilidade da proposta, continuando sua fala, Diene demonstra, através de 
28 uma linha do tempo, os passos percorridos no Chamamento Público, apresentando as Organizações
29 Sociais participantes do processo de seleção, esclarecendo a complexidade da avaliação de toda
30 documentação envolvida. Diene demonstra o quadro de pontuação da Organização Social 
31 vencedora, dizendo que o Plano de Trabalho estava incluso dentro dos documentos utilizados no
32 processo de chamamento. Iniciando a apresentação, Diene apresentou a FUNFARME, declarada 

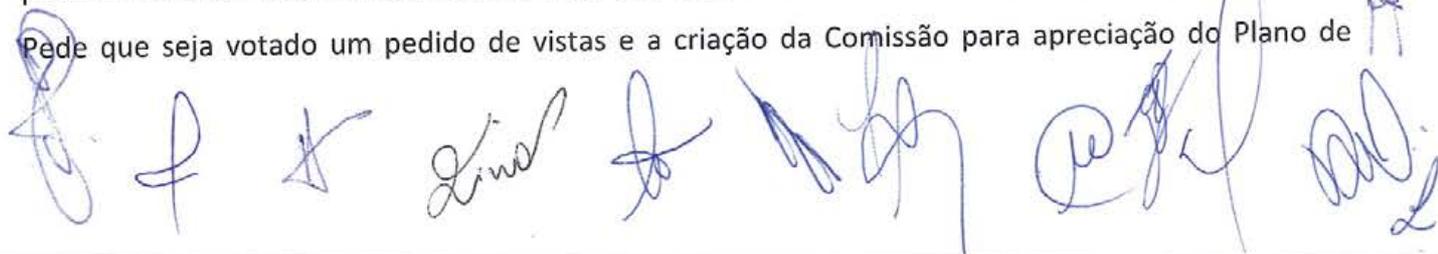
33 vencedora do Chamamento Público, apresentou um pouco da estrutura do Hospital Municipal,
34 falando sobre área construída e a quantidade de leitos, 78, explicando a utilidade de cada um deles,
35 disse que o acesso ao Hospital Municipal é referenciado e regulado pela rede de saúde municipal,
36 através de complexo regulador, lembrando também das urgências "eletivadas", se tratando de um
37 hospital de média complexidade e alta complexidade em oftalmologia. Diene fala das especialidades
38 que serão atendidas pelo Hospital Municipal e comentou sobre a discussão relacionada à diminuição
39 de leitos e demanda reprimida para cirurgias eletivas, o que impactaria muito na urgência.
40 Continuando a apresentação, demonstrou a maneira de como se dará o atendimento, ressaltando a
41 existência do Centro de Material de Esterilização. Apresentou fotos do Hospital Municipal, ressaltou
42 que este hospital não será "porta aberta", que o atendimento será referenciado. Diene afirmou que
43 ainda existem pendências para equipar o Hospital Municipal, levando em conta ocorrências
44 relacionadas a procedimentos licitatórios. Justificou a opção por contrato de gestão, sendo a
45 primeira, a perda significativa de leitos, seguido de demanda reprimida de procedimentos eletivos e,
46 por último, afirmam o motivo da escolha pela gestão por organização social ao invés de
47 administração direta, justificando pela legalidade, agilidade no regime administrativo, eficiência e
48 outros. Diene fala sobre o objeto do contrato a ser executado, fala que a população alvo são
49 munícipes de São José do Rio Preto, prioritariamente quem utiliza o Sistema Único de Saúde. Diene
50 inicia a apresentação da organização dos serviços ambulatoriais, sendo atendimento pré-cirúrgico,
51 pós-cirúrgico, procedimentos ambulatoriais, triagem clínica e serviço de acolhimento, detalhando
52 cada uma delas, tudo isso proposto pela Organização Social vencedora, demonstrando as metas e
53 incrementos. Diene falou do serviço cirúrgico, fala da quantidade procedimentos ofertados pela
54 FUNFARME, explicou a diferença da terminologia entre cirurgias monitoradas e variáveis e
55 apresentou a quantidade mínima de procedimentos e cada um deles. Sobre o serviço hospitalar,
56 apresentou a proposta utilizada para leitos clínicos, leitos de retaguarda e situações de agravamento,
57 falando sobre as especificidades do assunto escritas no edital. Falou dos Serviços do Centro de
58 Material e Esterilização. Falou também sobre os serviços administrativos e financeiros,
59 demonstrando aquilo que fora incluído no Plano de Trabalho. Continuando sua apresentação, falou
60 sobre os serviços de apoio, sobre nutrição, higienização, rouparia e lavanderia, manutenção predial,
61 jardinagem e segurança, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, reposição e controle
62 de materiais permanentes e serviços de gases medicinais, ressaltou que os equipamentos utilizados
63 no Hospital são patrimônio público, em continuação, falou sobre comodato e aluguel de
64 equipamentos, o hemocomponente, de acordo com o estabelecido com o hemocentro local e o



65 sistema hospitalar. Apresentou o conteúdo de gestão de pessoas e governança descritas no Plano de
66 Trabalho, comparando os valores estimados em Edital de Chamamento com o que foi proposto pela
67 Organização Social. Seguindo a apresentação, falou da gestão de assistência farmacêutica e as ações
68 voltadas à qualidade, de acordo com o conteúdo do Plano de Trabalho enviado aos Conselheiros
69 Municipais. Passadas estas informações, apresentou os indicadores qualitativos descritos conforme
70 estimados previamente e que devem ser observados pela Organização Social FUNFARME durante o
71 contrato de gestão. Apresentou a proposta econômica apresentada pela vencedora do processo,
72 ressaltou que em contrato de gestão não se paga por procedimento, é de acordo com aquilo que foi
73 estabelecido no Chamamento Público. Destacou a questão relacionada a economicidade, tendo em
74 vista o valor anual estimado e o valor anual proposto pela FUNFARME, sendo um percentual de
75 9,10% de desconto, explicando inclusive como foram estabelecidos os valores previamente para
76 composição do Edital de Chamamento. Diene apresenta o plano de aplicação de recursos financeiros
77 e o cronograma de desembolso mensal que será utilizado nestes últimos três meses, ressaltando que
78 no Plano de Trabalho foi apresentado tudo isso na íntegra, para os 60 meses de contrato. Diene fala
79 sobre os próximos passos relacionados ao Hospital Municipal, sendo a apreciação do Plano de
80 Trabalho pelo Conselho Municipal, a apresentação do Plano Operativo Anual, a Avaliação e
81 aprovação do plano pela Comissão de Avaliação e Fiscalização e passado isso, convoca-se para
82 assinatura do contrato de gestão. O prazo para início da execução do contrato, integral ou
83 parcialmente, é de 30 dias. Diene expõe sobre a Comissão de Avaliação e Fiscalização, falando de sua
84 composição, como será a forma de composição e que um dos integrantes será do Conselho
85 Municipal de Saúde, que venha a ser indicada pelo CMS, encerrando sua apresentação. Com a
86 palavra, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Antônio Fernando de Araújo, passa a
87 possibilidade de manifestação pelos presentes. Pediu a palavra o Conselheiro José Elias, que
88 perguntou qual a quantidade de tempo para o pleno funcionamento, Diene afirmou que seriam
89 cerca de 3 meses para plena totalidade de funcionamento, contudo, inicialmente aconteceria o início
90 da execução no prazo de 30 dias, ainda que parcialmente, devido a dificuldade no aparelhamento,
91 tendo em vista a complexidade de procedimentos licitatórios. O Secretário Aldenis cita um exemplo
92 de complexidade, e que inclusive são preocupações em relação ao atendimento das necessidades,
93 umas delas sendo o sistema de informática e a outra "estativa", dentre outras licitações que
94 fracassaram e que são necessárias para o aparelhamento. A Conselheira Márcia utiliza da palavra
95 para pontuar uma questão benéfica relacionada à eficiência hospitalar, contudo, ressalva a
96 necessidade de pluralidade de serviços dentro do município e também, a questão de ser um hospital

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side and several smaller ones at the bottom of the page.

97 estritamente eletivo, afirmando que a população pergunta e aguarda muito por este hospital, mas
98 que seria necessária a educação da população para que não se sinta excluída, levantando também
99 em consideração a demanda reprimida em relação à urgência. Diene disse compreender o
100 apontamento e disse que é uma questão que oportunamente poderia ser discutida. O Secretário diz
101 que é necessário o prosseguimento do assunto por etapas e que após a consolidação do Hospital, é
102 necessário sim a discussão e o pensamento nos atendimentos de urgência. A Conselheira Talita,
103 pergunta que se dentro da avaliação de indicadores seria possível a verificação da diminuição dos
104 atendimentos de urgência. Aldenis afirma que sim, que inclusive é algo que consta no edital,
105 ressaltando novamente as questões relativas à existência de cirurgias monitoradas e variáveis. O
106 Conselheiro André Valim utilizou da palavra, cumprimentado os presentes e ressaltando a presença
107 em massa de todos, tendo em vista a quantidade de pessoas dentro do Conselho Municipal de
108 Saúde. André começa sua fala dizendo que como usuário do SUS, entende a importância do Hospital
109 Municipal e os argumentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde. Diz que, em segundo
110 momento, fala como Conselheiro Municipal de Saúde, e que na primeira vez, quando foi discutido a
111 gestão do Hospital Municipal, questionou a necessidade de ser Organização Social e não
112 Administração Direta, disse que sentiu falta, enquanto conselheiro, do tabelamento utilizada para
113 estimativa de gastos, que foi utilizado no Edital de Chamamento Público. Continuando sua fala, falou
114 da complexidade do chamamento público e que uma semana após a conclusão, foi trazido para o
115 Conselho Municipal de Saúde o Plano de Trabalho. André resalta que teve ciência da notícia de
116 processo judicial e que isso pode afetar o que está sendo apreciado pelo Conselho Municipal de
117 Saúde. Fala da convocação da Reunião Extraordinária, resalta o prazo curto para apreciação do
118 Plano de Trabalho, tendo em vista o tamanho do Plano de Trabalho e a complexidade do assunto.
119 André diz que gostaria de chamar a atenção dos conselheiros em relação aos valores e a duração do
120 contrato, afirmando, que segundo a LOA, este procedimento utilizaria, basicamente, no prazo de 5
121 anos, um ano seria destinado para dirimir esta despesa. André resalta, que como Conselheiro
122 Municipal de Saúde, ainda não se sente seguro para apreciação do Plano de Trabalho. Coloca, dentre
123 uma das questões, a dificuldade no entendimento em alguns termos do Plano de Trabalho, e diz que
124 não se sente seguro no momento. Pede para o Presidente do Conselho, a apreciação de um pedido
125 de vistas e a criação de uma comissão, de forma transitória, para discussão do Plano de Trabalho,
126 conforme o Regimento Interno deste Conselho Municipal de Saúde. André diz que esta Comissão
127 poderia fazer um relatório deste Plano para que traga a todos os Conselheiros Municipais de Saúde.
128 Pede que seja votado um pedido de vistas e a criação da Comissão para apreciação do Plano de



129 Trabalho. Doutor Fernando passa a palavra a Jorge Fares, que diz que é necessário colocar este
130 Hospital para funcionamento, Jorge Fares fala que existem há 24 anos Organizações Sociais no país,
131 diz que a Santa Casa depende muito de repasses, que a manutenção pelo SUS seria inviável. Disse
132 que desconhece Hospitais deste porte que acontecem por Administração Direta. Jorge continua sua
133 fala expondo sobre as modalidades de administração que existem no Brasil. Disse que é preciso
134 pensar em emergência sim, mas que um dos caminhos seria desafogar a urgência através da escolha
135 utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde. André, diz que concorda com todos os argumentos
136 apresentados, mas que o assunto retornou ao Conselho Municipal de Saúde muito tempo depois de
137 ser discutido, e que a aprovação seria um cheque em branco a ser aprovado em 5 dias, e que os
138 Conselheiros Municipais seriam cobrados disso na ponta, para uma explicação, com isso, seria
139 proveitosa sim uma discussão prévia, como uma maneira de dirimir eventualmente a falta de
140 discussão. José Elias pede a fala, disse que acredita que devido a urgência na saúde, isso deveria sim
141 ser apreciado hoje. José Robson, Conselheiro Municipal de Saúde, diz que importante levar em
142 consideração a seriedade da instituição, e que isso foi ressaltado de forma unânime, José Robson
143 elogia a apresentação de Diene e diz que a economicidade ressaltada por Jorge Fares, é uma questão
144 a ser observada pelos Conselheiros, mas reforça a necessidade de colocar o Hospital Municipal a
145 funcionar. Aldenis usa da palavra para falar do Plano de trabalho, dizendo que valor do Plano de
146 Trabalho realmente assusta, mas que o orçamento da Saúde de 2023 seria cerca de 584 milhões de
147 reais para um ano. Aldenis diz que o critério de análise no cumprimento de metas é rigoroso, tendo
148 em vista que caso não seja observado o proposto, haverão descontos nos valores a serem
149 repassados à Organização Social. Aldenis fala que em que pese a publicação do edital em 45 dias, não
150 houve manifestações por parte de nenhuma organização social, Tribunal de Contas ou membro da
151 sociedade. Aldenis diz não ver necessidade no adiamento da aprovação do Plano de Trabalho, que é
152 importante a execução da fiscalização na comissão que fiscalizará a execução do contrato. O
153 Presidente do Conselho Municipal de Saúde, coloca em votação a proposta do Conselheiro André,
154 que é um pedido de vistas e a formação de uma Comissão para avaliação do Plano de Trabalho.
155 Colocado em votação pelo Presidente do Conselho o pedido de vistas, sendo que os Conselheiros
156 Marcia Garcia de Oliveira, André Valim Vieira e Ivadir de Souza votaram pelo pedido de vistas, sendo
157 os demais presentes contrários à solicitação. Passado o assunto, colocado em votação a aprovação
158 do Plano de Trabalho da Organização Social FUNFARME, vencedora do chamamento público
159 (Processo Administrativo 12.281/2022) para o gerenciamento, operacionalização e execução das
160 ações e serviços do Hospital Municipal Domingo Marcolino Braille, através de contrato de gestão os



161 Conselheiros Municipais votaram favoravelmente: Neuza Maria Fiuza de Lima, Diene Longhi
162 Trajano, Aldenis Borim, Luiz Sergio Ronchi, Ednilson Euzébio, José Robson Samara Rodrigues de
163 Almeida Junior, Gracieti Teresa Affini, Talita de Lima Pedro, Gisele Gasques Molina, Gustavo Zola
164 Peres, Ana Paula Dadário Barboza e José Elias de Souza. E se abstiveram da votação os
165 Conselheiros: Marcia Garcia de Oliveira, André Valim Vieira e Ivadir de Souza. ENCERRAMENTO: Foi
166 requerida a leitura da Ata ao qual foi aprovada. Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por
167 encerrada a reunião que eu, Leonardo Chianpezan, Assessor Jurídico, OAB/SP nº 471.259, lavrei a
168 presente Ata que, lida e aprovada, é assinada obrigatoriamente pelos demais conselheiros
169 presentes que já assinaram o livro de presença próprio.

Neuza M. F. de Lima

André

Leonardo Chianpezan

Gisele

Gracieti

Luiz